



UNIFEOB

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS**

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

ITAÚ UNIBANCO S.A

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA
ITAÚ UNIBANCO S.A

MÓDULO CONTABILIDADE APLICADA

ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS –
PROF. ANTONIO DONIZETI FORTES

CONTABILIDADE AVANÇADA – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINE

ESTUDANTES:

Claudinei Souza Santos, RA 1012018200190

Fabiane Oliveira da Silva, RA 1012021100099

Juliana Munhoz Zucherato, RA 1012018200426

Karla Gonçalves Martins Scala, RA 1012019100092

Soila Fernandes Teodoro de Lima, RA 1012019100349

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS	4
3. PROJETO INTEGRADO	6
3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	6
3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	6
3.1.2 JOINT VENTURES	12
3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	15
3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE	15
3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL	18
3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE	20
3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE	20
3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	26
4. CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

Este Projeto Integrado (PI) tem o objetivo de fazer uma análise sobre os processos de reorganização societária.

O título do PI é “PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA”, cujo propósito é realizar uma análise sobre os processos de reorganização societária, em especial, estudos de caso envolvendo situações reais recentes.

No item 2 descreve-se uma empresa, "ITAÚ UNIBANCO S.A.", a qual sofreu processo recente de reorganização de suas estruturas mediante a fusão do Banco ITAÚ com o UNIBANCO, a fim de garantir maior competitividade no mercado.

Em seguida, no item 3.1 é feita uma análise conceitual de reestruturação societária, apresentando-se os conceitos de incorporação, fusão e cisão dos negócios, passando pela análise da formação de *Joint Ventures*, em que não existe fusão ou absorção, ou seja, as empresas continuam existindo de forma independente, tornando-se parceiras para alcançar um objetivo comum.

No item 3.2 é feita uma análise de dois aspectos importantes que podem afetar o reconhecimento de ativos e passivos das empresas: o ajuste a valor presente e o reconhecimento das variações cambiais relacionadas às transações em moeda estrangeira.

Por fim, no tópico reservado ao estudo do conteúdo de Formação para a vida, que é um dos eixos do PI de formação de competências, o tema escolhido foi “Atuando Globalmente”; e nesse contexto, foi definido o conceito de sustentabilidade que é o que satisfaz as necessidades hoje sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, apresentando exemplos de atitudes sustentáveis que todo ser humano pode adotar no seu dia a dia e que contribuem para a sobrevivência das futuras gerações.

E assim, é encerrado o Projeto Integrado (PI) com a edição de um vídeo sobre o conceito de sustentabilidade e de como é possível contribuir para o desenvolvimento e preservação do nosso planeta Terra.

2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

Empresa: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data da abertura: 22/08/1944

CNPJ: 60.701.190/0001-04

CÓDIGO DE ATIVIDADE PRINCIPAL : 64.22-1-00 - BANCOS, MÚLTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL

NATUREZA JURÍDICA: 205-4 - SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA

ENDEREÇO MATRIZ: PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 100. PARQUE JABAQUARA. SÃO PAULO – SP - CEP: 04.344-902.

CAPITAL SOCIAL: R\$69.783.971.376,81 (Sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil e trezentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos).

Empresa Itaú Unibanco com atividade principal: atividades das instituições financeiras que concentram em uma única empresa atividades operacionais distintas, que são denominadas carteiras, estando autorizadas a receber depósitos à vista, em contas correntes ou poupança. Estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas respectivas carteiras

Para se caracterizar como banco múltiplo com carteira comercial, a instituição deve ter, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma obrigatoriamente comercial, na qual a empresa Itaú Unibanco tem mais de duas.

- comercial;
- de investimento ou de desenvolvimento, a última exclusiva para bancos públicos;
- de crédito imobiliário;
- de crédito financiamento e investimento;

- de arrendamento mercantil (leasing financeiro).

3. PROJETO INTEGRADO

Nesta etapa do PI serão apresentados os conteúdos específicos de cada unidade de estudo e como são aplicados no respectivo estudo de caso, utilizando para isso, uma empresa real que, neste caso, foi a empresa ITAÚ UNIBANCO S.A.

3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA

Neste tópico do Projeto Integrado, será realizada uma análise sobre os processos de reorganização societária, mais especificamente, as combinações de negócios (fusão, cisão e incorporação) e as *Joint Ventures*.

3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Diante de um mercado globalizado, em crescente demanda de competitividade, cada vez mais as empresas precisam se reorganizar, precisam ajustar suas estruturas para se manterem vivas e competitivas diante da concorrência.

A combinação de negócios é caracterizada por uma operação em que um adquirente compra o controle de um negócio, ela pode ser fechada com empresas de pequeno, médio ou grande, em alguns casos, não abrange a empresa inteira, apenas uma parte dela. Atualmente a Lei nº 123/06, restringe a participação das empresas optantes pelo Simples Nacional.

Para o processo de reorganização societário é necessário entender os seguintes conceitos:

- Relação de substituição que se refere aos direitos dos sócios, antes e depois da operação;
- Métodos de avaliação onde não são exigidos nenhum processo de avaliação pela legislação;
- Data base, a avaliação de ter a mesma data da posição patrimonial;

- Alterações patrimoniais posteriores, onde a transação é efetivada no ato da aprovação da assembleia;
- Valor do reembolso referente às ações dos acionistas contraditórios, ou seja, os acionistas que não concordarem com o negócio deverão ser favorecidos com a oportunidade de saída da sociedade.

A Lei nº 6.404/76 também conhecida como Lei das Sociedades Anônimas define todas as regras, juntamente com a Lei nº 9.457/97, além dessas temos as Instruções nº 319/99, nº 349/01 e nº 469/08

A contabilização de uma combinação de negócios é realizada com o método de aquisição, sendo necessário a identificação do adquirente; definição da data da aquisição/compra; mensuração dos ativos, dos passivos e das participações societárias de não controladores e por último reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade ou ganho.

Vamos entender sobre os tipos de combinações de negócios previstos nos artigos 227, 228 e 229 da Lei das Sociedades Anônimas, identificar seus aspectos legais, societários e contábeis.

1. Incorporação

Prevista no art. 227 da Lei da Sociedade Anônima, a incorporação significa uma ou várias empresas serem absorvidas por outra, de forma que as empresas que foram absorvidas deixem de existir, neste caso, a empresa incorporadora assume todos os direitos e obrigações das empresas que foram incorporada, extintas.

A incorporação deverá ser realizada por meio do valor contábil, assim como é obrigatório a confirmação via laudo de avaliação com o objetivo de proteger terceiros e acionistas. A lei não permite que os bens sejam integrados ao patrimônio da nova organização com valor diferente, nem superior, nem inferior ao de mercado.

Abaixo algumas vantagens identificadas:

- Diminuição da concorrência;
- Oportunidade de crescimento dentro do mercado

- Diminuição de custos;
- Diversificação;

Abaixo demonstramos os aspectos contábeis conforme Lei nº 6.404/76:

Art. 227. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

§ 1º. A assembleia-geral da companhia incorporadora, se aprovar o protocolo da operação, deverá autorizar o aumento de capital a ser subscrito e realizado pela incorporada mediante versão do seu patrimônio líquido, e nomear os peritos que o avaliarão.

§ 2º. A sociedade que houver de ser incorporada, se aprovar o protocolo da operação, autorizará seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação, inclusive a subscrição do aumento de capital da incorporadora.

§ 3º. Aprovados pela assembleia-geral da incorporadora o laudo de avaliação e a incorporação, extingue-se a incorporada, competindo à primeira promover o arquivamento e a publicação dos atos da incorporação.

2. Fusão

Prevista no artigo 228, este formato de negócio, permite que duas ou mais empresas se unam para criar um nova empresa, de modo que as empresas anteriores deixem de existir, ficando ativa apenas a organização recém fundada. O patrimônio da nova empresa será definido com base na avaliação decorrida após a fusão dos 2 patrimônios envolvidos No término do processo, o novo estatuto deverá ser elaborado e aprovado pela assembleia geral.

O controle administrativo fica sob a responsabilidade dos gestores iniciais ou aquele que tiver a maior parte da empresa recém criada. A fusão também é caracterizada por seus subtipos:

- A horizontal, onde todas as empresas que se uniram são do mesmo mercado;
- A vertical, onde todas as empresas que se uniram são de negócios complementares;

- A conglomeração, onde todas as empresas são de negócios totalmente diferentes;
- A extensão de mercado, onde as empresas produzem o mesmo produto, porém atendem mercados diferentes;
- A extensão de produto, onde todas as empresas têm produtos diferentes, porém relacionados e operam dentro do mesmo mercado.

Em geral, a opção de fusão traz muitos benefícios para os negócios, entre eles podemos destacar a expansão da marca, aumento de vendas, aproveitamento de pessoas, melhoria de qualidade devido a troca de expertise. Abaixo demonstramos os aspectos contábeis conforme Lei nº 6.404/76:

Art. 228. A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

§ 1º. A assembleia-geral de cada companhia, se aprovar o protocolo de fusão, deverá nomear os peritos que avaliarão os patrimônios líquidos das demais sociedades.

§ 2º. Apresentados os laudos, os administradores convocarão os sócios ou acionistas das sociedades para uma assembleia-geral, que deles tomará conhecimento e resolverá sobre a constituição definitiva da nova sociedade, vedando aos sócios ou acionistas votar o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade de que fazem parte.

§ 3º. Constituída a nova companhia, incumbirá aos primeiros administradores promover o arquivamento e a publicação dos atos da fusão.

3. Cisão

Prevista no artigo 229, este formato de negócio, resumidamente ocorre quando uma organização transfere total ou parcialmente seu patrimônio a outra empresa, podendo ser mais de uma organização.

Todas as empresas envolvidas no processo de cisão sofreram alterações, exceto na criação de uma empresa nova.

Nesta opção de Cisão, importante destacar que o favorecimento do plano tributário, alcance dos objetivos empresariais, melhorias de otimização dos processos de gerenciamento, facilidade na sucessão familiar, são alguns dos benefícios. Abaixo demonstramos os aspectos contábeis conforme Lei nº 6.404/76:

Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto no artigo 233, a sociedade que absorver parcela do patrimônio da companhia cindida sucede a esta nos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão; no caso de cisão com extinção, as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida sucederão a esta, na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nos direitos e obrigações não relacionados.

§ 2º. Na cisão com versão de parcela do patrimônio em sociedade nova, a operação será deliberada pela assembléia-geral da companhia à vista de justificção que incluirá as informações de que tratam os números do artigo 224; a assembléia, se a aprovar, nomeará os peritos que avaliarão a parcela do patrimônio a ser transferida, e funcionará como assembléia de constituição da nova companhia.

§ 3º. A cisão com versão de parcela de patrimônio em sociedade já existente obedecerá às disposições sobre incorporação (artigo 227).

§ 4º. Efetivada a cisão com extinção da companhia cindida, caberá aos administradores das sociedades que tiverem absorvido parcelas do seu patrimônio promover o arquivamento e publicação dos atos da operação; na cisão com versão parcial do patrimônio, esse dever caberá aos administradores da companhia cindida e da que absorver parcela do seu patrimônio.

§ 5º. As ações integralizadas com parcelas de patrimônio da companhia cindida serão atribuídas a seus acionistas, em substituição às ações extintas, na proporção das que possuíam.

Estudo de caso fusão Itaú-Unibanco

O ano de 2009 foi marcado por uma forte desaceleração da economia mundial, com o menor poder aquisitivo popular, a procura por crédito pessoal e corporativo também caiu. Neste contexto, muitas empresas reavaliaram suas estratégias de crescimento e manutenção de seus negócios, não alheios a essa situação, os gestores dos Bancos Itaú e Unibanco decidiram fundir as duas empresas, criando o maior banco privado do Brasil. Essa estratégia foi vista pelo mercado como um marco para o setor.

Após 15 meses de negociação, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou no dia 18/08/2010, por unanimidade a fusão entre o Itaú e o Unibanco. As empresas anunciaram a fusão pois havia "uma forte identidade de valores e visão convergente de futuro". Inicialmente não houve nenhuma mudança operacional e os clientes seguiram utilizando normalmente suas contas, talões de cheque, canais de atendimento, bem como todos os produtos e serviços oferecidos pelas duas empresas.

O negócio estabelecido determinava que os acionistas do Unibanco migrassem para a nova Holding Financeira, chamada Itaú Unibanco, onde seu controle seria compartilhado entre a empresa Itaú S.A. e o Unibanco Holdings.

Na época, após a união destes dois gigantes do setor, o Itaú Unibanco detinha:

- Aproximadamente 4.800 agências e postos de atendimento (representando 18% da rede bancária).
- 14,5 milhões de clientes de conta corrente (18% do mercado), que em volume de crédito, representa 19% do sistema brasileiro, e em total de depósitos, fundos e carteiras administradas atingirá 21%.
- As operações de cartões de crédito passam a contemplar as empresas Itaucard, Unicard, Hipercard e Redecard.
- No mercado de seguros a participação era de 17%.
- Na previdência privada é de 24% em previdência.
- As operações para empresas superaram os R\$ 65 bilhões.
- Gestão de aproximadamente R\$ 90 bilhões de ativos.

O conselho era composto por 14 membros, sendo presidido por Pedro Moreira Salles (pelo Unibanco) e Roberto Egydio Setubal (pelo Itaú) como presidente executivo.

Para que os diferentes estilos de gestão fossem equalizados durante o processo de fusão, o Unibanco iniciou uma reestruturação para tomar decisões embasadas em dados, mais parecido com o Itaú, conhecido por realizar pesquisas de mercado e estabelecer metas ousadas com elevada rentabilidade.

Vale destacar como o processo de fusões e aquisições é de suma importância para consolidação dos negócios, oportunidades e desenvolvimento do país.

3.1.2 JOINT VENTURES

Joint venture é uma expressão de origem inglesa, que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras coisas, o lucro.

Algumas vantagens apresentadas pela modalidade:

A empresa criada pelo sistema de Joint Venture apresenta, entre outras, as seguintes características:

- a) É uma “pessoa jurídica” autônoma, independente das suas investidoras.
- b) O seu “capital social” conta com a participação de duas ou mais empresas.
- c) Possui constituição social (contrato social, no caso das limitadas; ata de constituição, no caso das sociedades anônimas) e capital social específicos e independentes.
- d) Tem responsabilidades definidas entre as partes.
- e) Visa interesses comerciais, institucionais, negócios ou empreendimentos comuns a todas as investidoras.
- f) Tem riscos e benefícios definidos entre os sócios, estabelecidos no contrato social ou em ata de Assembleia Geral de Acionistas, conforme o caso.

O IAS 31 definiu a joint venture como um acordo contratual pelo qual duas ou mais partes empreendem uma atividade econômica que está sujeita a um controle conjunto. Ainda de acordo com o IAS 31, o controle é o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais de uma atividade econômica, de modo a obter benefícios dessa atividade. Já o controle conjunto é a partilha contratualmente estabelecida do controle de uma atividade econômica. Através da Instrução nº 247/96, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM definiu controlada em conjunto ou joint venture como sendo “aquela em que nenhum acionista exerce, individualmente, o controle direto ou indireto sobre a sociedade investida”. Assim, nenhuma das empresas investidoras possui controle exclusivo nesse negócio.

O controle conjunto estabelece que, independentemente do percentual de participação no capital total da joint venture, as investidoras exercem de forma igualitária o controle sobre as atividades da investida. Diferentemente dos demais investimentos em que o percentual de participação define se ele deve ou não ser consolidado ou se corresponde a uma empresa na qual há influência significativa ou controle exclusivo, nos investimentos em joint ventures não se pode tomar uma decisão sem consenso dos investidores. Se uma das partes investidoras tiver o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais da atividade econômica do empreendimento de modo a obter benefícios dessa atividade, então, não há controle conjunto e, dessa forma, não há a formação de uma joint venture. Os valores de ativos, passivos, receitas e despesas da joint venture podem ser reconhecidos de formas diferentes no balanço consolidado da investidora. Uma das alternativas é fazer a consolidação proporcional; a outra, apesar de óbvia, é não fazer a consolidação proporcional e reconhecer a joint venture apenas como investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

O IASB, Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade, é responsável pela elaboração e publicação do IFRS, International Financial Reporting Standards, que são as Normas Internacionais de Contabilidade, antes conhecidas como International Accounting Standards, IAS. O IASB, por meio do IAS 31, recomenda, preferencialmente, que as empresas possuidoras de investimentos onde existe o controle compartilhado, adotem a consolidação proporcional. Porém, não impede que referidos investimentos sejam avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional é definida no IAS 31 como sendo o método pelo qual a

participação de um sócio em cada ativo, passivo, receita e despesa de uma entidade controlada 4 em conjunto é combinada, linha a linha, com itens semelhantes nas demonstrações contábeis de cada um de seus sócios. Ao registrar sua participação numa entidade controlada em conjunto nas demonstrações contábeis consolidadas, é essencial que o sócio reflita a essência e a realidade econômica do acordo, em vez da forma ou estrutura específica da joint venture. E isso é obtido por meio da consolidação proporcional, conforme o parágrafo 23 do IAS 31: Parágrafo 23 - [...] Numa entidade controlada em conjunto, o investidor tem controle sobre sua parte nos benefícios econômicos, mediante sua participação nos ativos e passivos do empreendimento. Essa essência e realidade econômica é refletida nas demonstrações contábeis consolidadas do sócio, quando este reconhece sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto.

3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Como o assunto principal desse projeto é a reorganização societária, a participação dessa unidade de estudo se refere à análise de dois aspectos importantes que podem afetar o reconhecimento de ativos e passivos das empresas: o ajuste a valor presente e reconhecimento das variações cambiais relacionadas às transações em moeda estrangeira.

3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Ajuste a Valor Presente, trata-se de um cálculo realizado para identificar o valor atual de um bem ou de uma operação na escrituração contábil, a partir do momento de sua publicação, e sempre respeitando a obrigação criada em 2007, além das normas publicadas ao longo dos anos seguintes à lei. É através do Ajuste a Valor Presente que conseguimos mostrar o valor atual dos bens da empresa, bem como suas dívidas, para possíveis investidores ou outros interessados no mercado global.

Por lei, o ajuste a valor presente é realizado em pontos de ativos e passivos que são oriundos das operações de longo prazo. Desta forma, é correto afirmar que a avaliação dos bens e das dívidas serão sempre ajustadas quando se tratarem de questões de longo prazo. Em caso de curto prazo, apenas quando alguma mudança realmente significativa acontecer.

No caso das dívidas, caso algum débito seja renegociado, o passivo precisará ser trazido a valor presente durante a análise dos números. No balanço contábil da empresa, deverão ser ajustados a valor presente as seguintes informações.

- as informações de ativos permanentes;
- os estoques;
- o almoxarifado;
- os investimentos temporários em ouro;
- os investimentos temporários em ações;
- as despesas antecipadas, junto aos resultados de exercícios futuros;

- os direitos e as obrigações que precisam ser saldadas em serviços ou bens da empresa.

No entanto, é preciso se lembrar que de acordo com as normas internacionais de contabilidade, é proibido realizar descontos no valor presente para os valores de renda diferidos. Essa proibição também se aplica à Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), uma vez que não é possível determinar com maior precisão em quais datas os valores serão realizados.

O momento ideal para ser utilizado o ajuste de valor presente é no caso dos ativos e passivos de curto prazo, o cálculo só será realizado caso ocorram efeitos realmente relevantes nesses cenários. É fundamental que o ajuste a valor presente seja realizado além de ser previsto por lei desde 2007, também é uma excelente maneira de manter os dados da empresa atualizados e aumentar a segurança e confiança dos investidores a instituição. Outrossim, entender esses números significa, também, entender a realidade da empresa, o que dá aos gestores e contadores informações mais precisas para elaborar estratégias focando no crescimento e sustentabilidade da instituição.

O conceito de valor presente leva em consideração a mensuração de ativos e passivos considerando o conceito de valor do dinheiro no tempo e a incerteza dos fluxos de caixa futuros.

As informações prestadas partindo deste conceito, possibilita aos tomadores de decisões a melhor avaliação econômica para a alocação dos recursos escassos considerando quanto aos fluxos de caixa futuros.

Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (fair value). Por isso, quando aplicável, o custo de ativos não monetários deve ser ajustado em contrapartida; ou então a conta receita, despesa ou outra conforme a situação. A esse respeito, uma vez ajustado o item não monetário, não deve mais ser submetido a ajustes subsequentes no que respeita a figura de juros embutidos. Ressalte-se que nem todo ativo ou passivo não monetário está sujeito ao efeito do ajuste a valor presente, por exemplo, um item não monetário que, pela sua natureza, não está sujeita ao ajuste a

valor presente é o adiantamento em dinheiro para recebimento ou pagamento em bens e serviços. (Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 12). Ajuste a valor Presente. P 04)

Como realizar o cálculo de Ajuste a valor Presente:

O cálculo a valor presente pode ser calculado de duas formas possíveis:

- ajuste a valor presente de venda e compra
- ajuste a valor presente mensal.

O ajuste no valor presente de venda e compra é comumente realizado para corrigir o reconhecimento de despesas, receitas, estoques ou ativos imobilizados para que a venda e compra a prazo sejam devidamente calculados. Essa modalidade também é utilizada para conseguir apropriar corretamente os encargos e o provisionar os juros, calcando assim a competência de emissão e entrada de título.

Vimos que na modalidade utilizada para conseguir apropriar corretamente os encargos e o provisionamento de juros, calculado assim a competência de emissão e entrada de títulos.

Segue um exemplo abaixo de como é calculado a valor de venda e compra:

venda do título no valor de R\$ 1.000.000,00

Taxa: 3.5% ao mês

data da emissão: 20/12/2021

data de vencimento: 18/05/2022

prazo de 150 dias

A taxa de ajuste a valor presente de venda e compra é calculado seguinte fórmula:

$1.000.000,00 * ((0,035/30) * 0,175) = 175.000$ AVP compra e venda Mercadoria.

3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL

Ao realizar o estudo da conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira torna-se necessário quando se tem uma demonstração cuja moeda de apresentação não seja a moeda funcional da empresa. O processo de tradução requerido, no caso de apresentações de filiais, divisões, subsidiárias e outras investidas que são incorporadas às demonstrações financeiras da companhia por combinação, consolidação ou método de equivalência patrimonial.

Desta forma, uma primeira dificuldade na conversão de demonstrações está na determinação da moeda funcional da empresa, que leva em conta fatores como influência nos preços de venda e custos dos bens e serviços, dentre outros. Na conversão das demonstrações em moeda estrangeira, existem basicamente 3 principais métodos:

- taxa corrente
- temporal e monetário
- não monetário

No caso de moeda funcional em economia que não seja hiperinflacionária, para a conversão MonoFuncional para moeda de apresentação o método utilizado pelo IAS 21 e o de taxa Corrente.

No método da taxa corrente tem os seguinte procedimento de cálculo e contabilização:

- Os saldos das contas de ativos e passivos são convertidos pela taxa cambial da data do balanço (FECHAMENTO)
- O saldo inicial do Patrimônio líquido corresponde ao saldo apurado do Balanço Anterior.
- A movimentação do período nas contas do PL é convertida pela taxa da data da movimentação.
- As contas de Resultados são convertidas pela taxa em vigor na data da transação sendo aceita a taxa média do período.

O ganho ou perda na conversão é calculado por diferença, a partir dos saldos encontrados do Balanço patrimonial, e registrado em conta específica do PL.

Podemos ainda verificar conforme os dizeres do material estuda que Entidades individuais podem ser membros de um grupo econômico ou não, e podem ter investimentos de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme decristo CPC 02 e sua norma:

- É permitido que uma entidade, na preparação de suas demonstrações contábeis individuais, ou uma entidade na preparação de suas demonstrações contábeis separadas, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 35 – Demonstrações Separadas, apresente essas demonstrações contábeis em qualquer moeda (ou moedas). Caso a moeda de apresentação da entidade que reporta a informação difira da sua moeda funcional, seus resultados e posição financeira devem ser também convertidos para essa moeda de apresentação. Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Disponível em: http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/audiencias_publicas/ap_snc/anexos/2010/deli640_sumario.pdf.

Em algumas situações, a moeda de apresentação das demonstrações contábeis pode ser diferente da moeda funcional, o que levaria à necessidade de conversão de seus elementos por meio de taxas de câmbio específicas, cujo reconhecimento dessas variações precisa ser tratado de forma específica.

Portanto, quando as entidades mantêm atividades em moeda estrangeira, sejam transações ou operações no exterior, a conversão dos valores evidenciados nas demonstrações contábeis promove a harmonização das informações de uma moeda para outra, uma vez que a relação de troca entre duas moedas é representada pelas taxas de câmbio aplicadas.

3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE

3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE

O tema Atuando Globalmente nos ajuda refletir quais as melhores atitudes para agirmos a favor da sustentabilidade. Abaixo alguns tópicos relacionados ao tema:

- Tópico 1 - Como valorizar o local pensando globalmente

A compreensão que é adquirida em realidades locais são afetadas pelas ações, decisões e políticas mundiais, é o que expressa Carvalho (2004) enfatizando o lema “Agir local, pensar global”. Tal lema passou a ser insistentemente enfatizado nos anos 1970 e 1980, apesar de inicialmente ter sido utilizado na expansão do comércio internacional, sendo então apropriado pelo movimento ambientalista da época (Carmo, 2011).



Figura 1 - Atuando localmente, pensando globalmente

É importante a Educação Ambiental na busca de resultados a nível local, pois assim a população consegue reconhecer sua importância na manutenção da qualidade de vida e do ambiente ao seu redor.

- Tópico 2 - Entendendo a biodiversidade



As florestas tropicais apresentam grande biodiversidade.

Figura 2 - Biodiversidade

O Brasil destaca-se como umas das regiões do planeta com maior biodiversidade. Falar em biodiversidade é falar da riqueza de espécies de uma região bem como das variações ocorridas nessas espécies, na figura acima podemos notar que as florestas tropicais apresentam grande biodiversidade. Este termo foi usado pela primeira vez na década de 1980. No planeta todas as áreas apresentam biodiversidade, em algumas regiões ela é maior, o que não significa que sua importância seja diminuída quando em menor quantidade.

É fundamental para o equilíbrio do ecossistema que cada espécie tenha seu papel na natureza. O Ministério do Meio Ambiente ainda frisa que “biodiversidade abrange toda a variedade de espécies de flora, fauna e microorganismos; as funções ecológicas desempenhadas por estes organismos nos ecossistemas; e as comunidades, habitats e ecossistemas formados por eles”. Fato é que a biodiversidade do planeta é imensa e pode ser observada em todos os ambientes, desde as profundezas dos oceanos até as mais altas montanhas. A biodiversidade é importante em diversos aspectos. De acordo com a “Convenção sobre diversidade biológica”, a biodiversidade apresenta valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético." Os seres vivos são importante matéria-prima na fabricação de alimentos, medicamentos, cosméticos, vestimentas e até habitação.

Preservar é garantir, portanto, que esses recursos não falte no futuro e que o meio ambiente permaneça em equilíbrio. Apesar de saber da importância da biodiversidade, o ser humano ainda é responsável pela sua destruição. A poluição, o desmatamento e a exploração exagerada são algumas ações responsáveis pela redução da biodiversidade do planeta. O Dia Internacional da Biodiversidade é comemorado todos os anos no dia 22 de maio.

- Tópico 3 – Por que chove em alto mar?

“A terra é um organismo vivo que como tal é capaz de regular sua temperatura”, conforme a Hipótese de Gaia, ou também chamada de Teoria de Gaia. Nosso planeta possui a capacidade de auto sustentação, ou seja, é capaz de gerar, manter e alterar suas condições ambientais de acordo com esta teoria.



Hipótese de Gaia

Figura 3 - Hipótese de Gaia

A Teoria de Gaia foi criada pelo cientista e ambientalista inglês James Ephraim Lovelock, no ano de 1969, que contou com os estudos da bióloga norte-americana Lynn Margulis. O nome da teoria é uma homenagem à deusa Gaia, divindade que representava a Terra na mitologia grega. Quando foi lançada, esta teoria não conseguiu agradar a comunidade de cientistas tradicionais. Foi primeiramente aceita por ambientalistas e defensores da ecologia. Porém, atualmente, com o problema do aquecimento global, esta teoria está sendo revista e muitos cientistas tradicionais já

aceitam algumas ideias da Teoria de Gaia. Se aceitarmos essa teoria, poderíamos dizer que os oceanos, por exemplo, são os pulmões do planeta vivo ou que os rios são os vasos sanguíneos.



Teoria de Gaia

Figura 4 - Teoria de Gaia

No metabolismo de um organismo vivo, como na Terra, cada parte influencia e depende de outras partes, ao perturbar uma só dessas partes da vida pode afetar o todo. Hipótese comungada por Jonathan Weiner, mas com uma certa preocupação. Os agentes destrutivos hoje são artificiais e provocam desgaste em quase todo o planeta ao mesmo tempo, segundo Weiner.

O planeta utiliza energia solar e rege uma espécie de metabolismo em escala planetária. A Terra absorve energia de alta qualidade, como a luz solar, e excreta energia de baixa qualidade, como raios infravermelhos, para o espaço. É também um sistema que se autorregula. O clima permaneceu satisfatório para a vida durante 3,8 bilhões de anos, mesmo tendo havido um aumento de 25% de produção solar.

A cada dia, são mostradas por novas evidências científicas que de fato a Terra é um superorganismo, dotado de auto regulação. Temos responsabilidade individual em mantê-la viva e saudável para as futuras gerações.

Para agir pessoalmente em favor de Gaia através da moderação, acredita-se ser útil pensar em três elementos mortais: combustão, gado e motosserra. Pode-se existir muitos outros. Alimentar-se de menos carne de boi, pois se os médicos estiverem certos, estaremos fazendo bem a nós próprios; ao mesmo tempo reduzimos as pressões sobre as

florestas dos trópicos úmidos. Caso contrário, a vida pode ser rica e ainda assim consistente com um mundo adequado para os nossos netos, bem como para os netos de nossos parceiros em Gaia.

- Tópico 4 - O aquecimento global é provocado pelo homem?

Define-se por Aquecimento Global o processo de elevação média das temperaturas da Terra ao longo do tempo. Segundo a maioria dos estudos científicos e dos relatórios de painéis atividades humanas, provocando problemas atmosféricos e no nível dos oceanos, graças ao derretimento das calotas polares.

Segundo boa parte dos especialistas, a principal entre as causas do aquecimento global, seria a intensificação do efeito estufa, um fenômeno natural responsável pela manutenção do calor na superfície terrestre, mas que estaria sendo intensificado de forma a causar prejuízos. Com isso, a emissão dos chamados gases-estufa seria o principal problema em questão.

Os gases-estufa são o dióxido de carbono, gás metano, óxido nitroso, hexafluoreto de enxofre, clorofluorcarboneto e os perfluorcarbonetos, a presença destes na atmosfera estaria sendo intensificada por práticas humanas, como a emissão de poluentes pelas indústrias, pelos veículos, pela queima de combustíveis fósseis e até pela pecuária. Outra causa para o aquecimento global seria o desmatamento das florestas, que teriam a função de amenizar as temperaturas através do controle da umidade. Acreditava-se que elas também teriam a função de absorver o dióxido de carbono e emitir oxigênio para a atmosfera, no entanto, o oxigênio produzido é utilizado pela própria vegetação, que também emite dióxido de carbono na decomposição de suas matérias orgânicas. Para a diminuição de dióxido de carbono e a emissão de oxigênio na atmosfera, estão presentes nos oceanos as algas e os fitoplânctons. Por esse motivo, a poluição dos mares e oceanos pode ser, assim, apontada como mais uma causa do aquecimento global.



O registro de grandes incêndios florestais tornou-se frequente nos últimos anos na Europa.[1]

Figura 5 - Aquecimento Global - Incêndios na Europa

Acima temos a imagem de incêndios na Europa derivados da ocorrência de eventos climáticos extremos no continente. Os períodos de estiagem ao longo do verão europeu tornaram-se maiores nos últimos tempos. As mudanças climáticas, por exemplo, influenciam nesse cenário, uma vez que produzem cada vez mais fenômenos extremos, em especial, atrelados ao registro de altas temperaturas. Uma das consequências negativas desse evento é a degradação do meio ambiente, a perda da qualidade do ar e o aumento de problemas respiratórios.

O Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC) trabalha basicamente com dois cenários: um otimista e outro pessimista. No primeiro, considerando que o ser humano consiga diminuir a emissão de poluentes na atmosfera e contenha ações de desmatamento, as temperaturas elevar-se-iam em 1°C até 2100. No segundo cenário, as temperaturas poderiam elevar-se de 1,8 até 4°C durante esse mesmo período, o que comprometeria boa parte das atividades humanas.

Em prol do combate ao aquecimento global, a primeira atitude seria a escolha de fontes renováveis e não poluentes de energia, diminuindo a utilização de combustíveis fósseis, como o gás natural, o carvão mineral e o petróleo. Por parte das indústrias, esta ação também seria uma diminuição necessária.



O CO2 (dióxido de carbono) seria o grande vilão do aquecimento global

Figura 6 - Aquecimento Global - Dióxido de Carbono

A produção de lixo seria outra atitude para combater o aquecimento global, através da conscientização social e do estímulo de medidas de reciclagem, pois a diminuição na produção de lixo, diminuiria a poluição e a emissão de gás metano. Estas medidas, mais a preservação da vegetação, em cultivo de áreas verdes no espaço agrário e urbano diminuiria as consequências do efeito estufa na sociedade.

3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Após a realização da síntese dos conteúdos estudados neste PI, é hora de colocar “mão na massa” e de produzir um vídeo sobre o tema de Formação da Vida: "Atuando Globalmente - Sustentabilidade”, com dicas que possam ser utilizadas na prática pela sociedade.

A equipe elaborou um pequeno vídeo, com duração de 5 minutos, onde cada integrante falou sobre sustentabilidade e como ela pode contribuir para atitudes mais conscientes em relação ao lixo descartado na natureza.

O vídeo está disponível no Youtube, podendo ser acessado pelo link: <https://youtu.be/EW2QGqRZPOc>.

Nesse vídeo, é possível verificar algumas das inúmeras formas criativas que podem ser adotadas para contribuir por uma vida mais sustentável, podendo ser citados:

- o uso do copinho de silicone dobrável, ao invés do famoso copinho descartável de plástico;
- o plantio de árvores e plantas frutíferas no quintal da casa e a reutilização do óleo de cozinha descartável para fazer sabão em pedra;
- o cultivo de temperos em horta residencial;
- a utilização de sacolas reutilizáveis nas compras feitas em supermercado, ao invés de receber as intermináveis sacolas plásticas; e
- por fim, o reaproveitamento de embalagens industrializadas para confecção de trabalhos artesanais como casinha de boneca com embalagens de leite em caixa, caneteiros com rolinhos de papel higiênico, porta-copos com CD's e muitas outras dicas que contribuem para um mundo mais sustentável e com menos lixo.

O objetivo é compartilhar esse material para conscientizar pessoas e empresas a repensarem suas ações do dia a dia de modo a promover a sustentabilidade para um mundo melhor e, conseqüentemente, gerar novas oportunidades de negócios por meio da combinação de empresas.

É muito importante que, principalmente as empresas, enxerguem oportunidades em seus negócios a partir de boas práticas de sustentabilidade, assim como consigam se preparar para possíveis ameaças que possam surgir em razão do aumento do desequilíbrio ecológico verificado nos últimos tempos.

4. CONCLUSÃO

Diante da análise dos temas abordados nesse texto, constata-se que a reestruturação societária mostra a criação de efeitos jurídicos sobre as sociedades envolvidas e sobre terceiros considerados pelo direito, existindo a possibilidade de transformação na estrutura jurídica da sociedade podendo derivar da adoção de um tipo societário diverso. Tratam-se de efeitos da transformação ou fruto da incorporação, fusão ou cisão de novas empresas.

Do mesmo modo, neste texto foi realizado o estudo de dois aspectos importantes que podem afetar o reconhecimento de ativos e passivos das empresas, são eles: a) o ajuste a valor presente e o reconhecimento das variações cambiais, sendo que o valor presente leva em consideração a mensuração de ativos e passivos considerando o conceito de valor do dinheiro no tempo e a incerteza dos fluxos de caixa futuros; e b) variação cambial que decorre das alterações nas taxas de câmbio em um determinado período, sofrida por direito de crédito ou por obrigações contratadas em moeda estrangeira e que podem variar para mais ou para menos, dependendo da oscilação/variação do câmbio.

Por último, observamos a grande importância das empresas pensarem em amenizar seus impactos ambientais causados pela produção de seus produtos e serviços, de modo a se preocuparem mais com o Desenvolvimento Sustentável e sua Responsabilidade Social, procurando equilibrar os seus ganhos financeiros com a amenização de impactos ambientais, reduzindo resíduos e procurando reciclar seus produtos.

E a grande questão que fica neste trabalho é com relação ao desenvolvimento sustentável e financeiro das empresas que devem ocorrer de forma simultânea e em equilíbrio, de modo a preservar as futuras gerações e o progresso da humanidade.

REFERÊNCIAS

Arquivei. Disponível em: <<https://arquivei.com.br/>> Acesso em 19 jun.2022.

Brasil Escola. Biodiversidade. Disponível em:
<<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/biodiversidade.htm>> Acesso em 16 jun.2022.

Bússola do Investidor. Variação Cambial. Disponível em:
<https://www.bussoladoinvestidor.com.br/abc_do_investidor/variacao-cambial/>
Acesso em 12 jun.2022.

G1.Globo. Conheça as 5 atitudes sustentáveis fáceis de incorporar na rotina.
Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/falando-de-sustentabilidade/noticia/2018/12/05/conheca-5-atitudes-sustentaveis-faceis-de-incorporar-na-rotina.ghtml>> Acesso em 11 jun.2022.

Instituto Água Sustentável. Ciclo da água. Disponível em:
<<https://www.aguasustentavel.org.br/conteudo/blog/45-ciclo-da-agua>> Acesso em 15 jun.2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CNAE. Disponível em:
<<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-ctae.html?view=subclasse&tipo=ctae&versao=10.1.0&subclasse=6422100&chave=6422100>> Acesso em 17 jun.2022.

Mundo Educação. Aquecimento Global. Disponível em:
<<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/aquecimento-global.htm>> Acesso em 16 jun.2022.

M2M Saber. CPC 12 - Ajuste a Valor Presente.
<<https://m2msaber.com.br/blog/cpc-12-ajuste-a-valor-presente>> Acesso em 07 jun.2022.

Portal de Contabilidade. Ajuste a Valor Presente. Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ajusteavalorpresente.htm>> Acesso em 05 jun.2022.

Portal do Governo Brasileiro. Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em:
<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/audiencias_publicas/ap_snc/anexos/2010/deli640_sumario.pdf> Acesso em 13 jun.2022.

Portal São Francisco. Teoria de Gaia. Disponível em:
<<https://www.portalsaofrancisco.com.br/meio-ambiente/teoria-de-gaia>> Acesso em 14 jun.2022.

Receita Fazenda. CNPJ. Disponível em:
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp>
Acesso em 18 jun.2022.

Sustentabilidade. Equipe do Projeto Integrado. Disponível em:
<<https://youtu.be/EW2QGqRZPOc>> Acesso em 19 jun.2022.